

Comunicação Oral

**ENTRE O DOCUMENTO DE ARQUIVO E A INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA:
REFLEXÕES ACERCA DO OBJETO CIENTÍFICO DA ARQUIVOLOGIA**

Clarissa Moreira dos Santos Schmidt – UFF

Resumo

A existência de um objeto de estudo, estabelecido e reconhecido por uma comunidade, é a matriz para o avanço e reflexão de uma área considerada científica. Infere-se, a partir de tal afirmação, que cada área de conhecimento deve ter objeto específico, sendo que a possibilidade de haver diferenças quanto a sua definição concorre para problemas metodológicos e de desenvolvimento da disciplina. Partindo do pressuposto de que a Arquivologia tem diferentes objetos definidos, por distintos autores e abordagens epistemológicas, sugere-se que isso causa discordâncias em relação ao seu estatuto científico, bem como diferenças nas compreensões e uso de seus Princípios e de suas Funções. Nesse sentido, este trabalho apresenta reflexões quanto às abordagens que atualmente se configuram acerca do objeto científico – ou objeto de estudo - da Arquivologia. Inicialmente apresentamos, como recurso metodológico, breve periodização da área a partir de contextos e fenômenos específicos, de modo a estabelecer um ponto de partida para a reflexão da trajetória percorrida pela Arquivologia em busca de sua cientificidade, da construção do seu objeto científico, bem como compreender algumas diferenças que se estabeleceram em relação a seu estatuto científico. Posteriormente, aprofundamos a discussão nas diferentes definições sobre este objeto, levantadas após revisão em literatura brasileira e estrangeira da área, oriundas de abordagens da Arquivologia Contemporânea, período no qual emergem tais definições. As análises e reflexões indicam que assuntos concernentes ao objeto científico da Arquivologia passam a ser problematizados a partir do momento em que o objeto de trabalho dos arquivistas – o documento de arquivo em suporte material – sofre transformações advindas do progresso da tecnologia.

Palavras-chave: objeto científico, Arquivologia, documento de arquivo, informação arquivística.

Abstract

The existence of a study object, established and recognized by a community, it is the core for the progress and reflection of an area recognized as scientific. Second that affirmation, it appears that each area of knowledge must have a specific object, whereas the possibility of differences regarding with its definition competes to methodological problems and development of the discipline. Assuming that the Archival Science has different defined objects, by distinct authors and epistemological approaches, causing disagreements over its scientific status, as well as differences in understandings and use of its Principles and Functions, this paper presents reflections regarding to the approaches that are currently configured on the scientific object - or study object - of the Archival Science. At first we present as a methodological resource a short timeline of the area following specific contexts and phenomena in order to establish a starting point for a reflection of the trajectory travelled by the Archival Science when searching for its own scientific nature, building its scientific object, as well as understand some differences that settled in relation to its scientific status. Next we deepen the discussion on different definitions of this subject, considered after

review studies of the relative Brazilian and foreign literature, coming from the Contemporary Archival Science approaches, during which emerge such definitions. The analyzes and reflections indicate that the subjects concerning with the scientific object of the Archival Science have been put under discussion from the moment in which the object of the archivists work - the record in material support - undergoes transformations arising from the progress of technology.

1 INTRODUÇÃO

As diferentes definições atribuídas ao objeto científico da Arquivologia se configuram, fundamentalmente, a partir do momento em que para muitos pensadores do campo dos arquivos tornou-se lugar comum a afirmação de que a década de 1980 representa o início da “crise de identidade” ou “da mudança de paradigmas” para a área. Desde então, assistimos a uma cruzada entre as abordagens “Pós-moderna” e/ou “Pós-custodial”, por exemplo, frente às abordagens consideradas “Tradicionais” e/ou “Custodiais”. Por um lado, observamos propostas de construção de uma “nova” Arquivologia que, em primeira análise, apontam para a negação e o questionamento do estatuto científico da área através de Princípios, teorias, métodos e práticas até então vigentes, tendo como uma das principais justificativas a incapacidade destes em resolver questões postas pelos atuais modelos de produção e de gestão de documentos e informações, no cenário de novas tecnologias da “Sociedade da Informação” em relação às “tendências conservadoras”, que subordinam a Arquivologia à História – no caso, o foco no documento permanente, ou ainda, o documento em suporte físico. Por outro lado, tendências que não se adjetivam como “Custodiais” e nem “Tradicionais”, mas que pensam as influências externas à área como partícipes para seu desenvolvimento e que podem ser resolvidas com os Princípios, teorias e métodos vigentes, ainda que adaptados e/ou ampliados, uma vez que tais atividades se concentram ao redor do documento de arquivo, independente de seu suporte.

Colocar esse debate em torno de dois polos que aparentam ser opostos é complexo, sendo que, na realidade, o que há são várias abordagens que convivem, cada uma com a sua forma, com o atual contexto vivido pela Arquivologia. Ainda sobre este debate, entendemos que a principal, porém não única questão que se coloca, é reflexo da “desmaterialização” do documento de arquivo. Mesmo que o suporte¹ documental já tenha passado por diversas transformações ao longo da história da humanidade, pela primeira vez ele deixa de ser palpável, materializado, e, para alguns teóricos da área, a informação se separa do suporte. E

¹ Suporte aqui entendido como “material sobre o qual as informações são registradas” (GONÇALVES, J. 1998, p. 19).

isso, para os adeptos de uma “nova” Arquivologia, é o “triunfo” da informação frente ao documento de arquivo.

A partir de então, consideramos importante pensar sobre o estatuto científico da Arquivologia, principalmente em relação ao seu objeto científico, de modo a compreendermos em que termos e contextos esses debates e diferenças acontecem, bem como seus possíveis desdobramentos nas bases conceituais e metodológicas da área, isto é, questões e problemas que acarretam em negação e/ou ressignificação de seus Princípios e Funções, a partir do que se compreende como o seu objeto científico.

Por Função Arquivística consideramos as atividades práticas e de cerne instrumental, regidas por teorias e metodologias, que devem ser realizadas para alcançar os objetivos e o fundamento da disciplina. Nossa compreensão quanto aos objetivos da Arquivologia se efetivam, principalmente, no que se refere ao acesso à informação contida no material de arquivo. E, quanto ao fundamento que sustenta a disciplina, entendemos como sendo a representação² fíavel do contexto de produção/acúmulo do material de arquivo, das razões de sua criação, bem como do seu trâmite. Considerando que os Princípios e Funções arquivísticos sustentam, tanto o fundamento como os objetivos da Arquivologia, faz-se necessário apontar nossa compreensão quanto ao papel das Funções arquivísticas. Independentemente de entrarmos no mérito de quais são e quais devem ser, se podem ser consideradas como método da área ou não, elas se justificam por serem tributárias da existência do objeto científico, elemento que dá identidade e garante permanência para uma disciplina. E estas Funções, cujas compreensões variam por autor, abordagem, no tempo e pelo contexto, são regidas por teorias e metodologias que consideramos arquivísticas.

Ademais, torna-se importante assumirmos de imediato que, em relação à natureza do conhecimento, consideramos a Arquivologia uma ciência em construção, o que estamos tomando, também, como sinônimo de disciplina científica. É ainda relevante destacar que esse “estado de construção” não lhe é peculiar e nem justificado por ser uma ciência “nova” ou “jovem”, e sim porque entendemos a produção de conhecimento como algo dinâmico, em constante evolução e passível de rupturas. E se estamos partindo do pressuposto que a Arquivologia é uma ciência, entendemos que deva cumprir alguns requisitos que a legitimem enquanto tal, como ter um campo específico de investigação, com problemática, método e argumentações teóricas próprias, o que, conforme anteriormente discutido, pode ser

² Chegamos a pensar em utilizar a palavra “reconstituição” ao invés de “representação”, mas entendemos que essa primeira opção não suporta a perspectiva do momento da (pré) produção documental, estando mais associada à ideia de fazer uma investigação em algo que já aconteceu para chegar a uma conclusão. Já a palavra “representação” traduz com maior clareza como algo é feito, está sendo feito ou foi feito.

representado pelos Princípios e Funções, além de fundamentalmente um objeto de estudo – do qual decorrem questões de investigação, visando conhecer derivações de sua existência prática.

Antes de elencarmos as definições encontradas que nos permitem inferir as diferenças sobre as quais estamos pautando nossa reflexão, em relação a esse objeto de estudo - o objeto científico, que deriva de uma construção teórica formulada por agentes dedicados a estabelecer os fundamentos teóricos e metodológicos de determinado campo científico, no que compete à Arquivologia, é fundamental justificarmos a importância de sua existência e definição, sendo que para isso nos valem de Bachelard (1977, p. 130), para quem “[...] esclarecer o objeto científico é começar um relato de nomenclatura progressiva. Todo objeto científico traz a marca de um progresso do conhecimento”.

O objeto científico atribui identidade ao campo disciplinar, comporta uma nova possibilidade de conhecer, ampliando assim as perspectivas de representação do mundo pelo homem. As diferentes áreas do conhecimento pensam os fenômenos do mundo real a partir de seu campo de estudo, que é determinado fundamentalmente pelo objeto, possibilitando que dentro de cada área haja uma maneira específica de conhecer e interpretar os fenômenos a partir de um referencial. E é este referencial que dará especificidade – que convencionamos como científica – a um conhecimento produzido a partir desta reflexão. Afinal, uma área científica existe como derivada de uma necessidade especial e é construída pelo homem.

No caso da Arquivologia, as diferentes concepções sobre o objeto científico são resultados de processos históricos e epistemológicos imbricados nas próprias evoluções e mudanças das naturezas dos registros, da produção documental e do uso de documentos e informações. Porém, mesmo diante de tantas definições, existe na literatura uma tendência em polarizar o objeto entre o “passado e superado documento de arquivo” e a “informação arquivística ou orgânica”. Contudo, no caso da informação ser arquivística ou orgânica, é importante deixarmos claro que não estamos trabalhando necessariamente com sinônimos, o que exigirá que estas definições também sejam objeto de análise, visto que os entendimentos quanto a estes dois conceitos, apontados como sendo potenciais objetos, não são homogêneos dentro do mesmo campo científico.

2 PERIODIZAÇÃO: METODOLOGIA PARA ABORDAR A TRAJETÓRIA

É importante ressaltar que nossa periodização não pretende ser determinante de uma concepção linear da trajetória da Arquivologia, mas sim uma opção metodológica e didática para abordar, a partir de contextos e fenômenos específicos, a constituição e desenvolvimento

da área, com vistas a compreender algumas diferenças que se estabeleceram em relação a seu estatuto científico. Sendo assim, o que estamos definindo como **História dos Arquivos** é o processo de desenvolvimento do campo dos arquivos, que se estende desde as necessidades sentidas pelo homem em produzir e manter documentos, até a concepção de arquivo como um ramo especializado do serviço público, ou seja, o arquivo como instituição com funções e serviços específicos, inaugurado a partir da Revolução Francesa (1789). Compreende os períodos que a historiografia tradicional nomeia de Antiguidade, Idade Média e Época Moderna. O valor e uso dos documentos de arquivo estavam em seus potenciais jurídicos e probatórios.

Após a Revolução Francesa inicia-se o que classificamos como período da **Arquivologia Clássica**, do arquivo como instituição e serviço, se desdobrando até a Segunda Guerra Mundial (início década de 1940). Essa fase pode ser caracterizada pela centralização dos arquivos, constituição dos Princípios da Proveniência e da Ordem Original, manual dos Holandeses, ideia de Custódia contínua e de verdade arquivística por Jenkinson, manuais de Casanova e Brenneke, independência do *Fazer* nos arquivos em relação à biblioteca. Também reflete a primazia do contexto frente ao conteúdo. No Brasil acontece a institucionalização do arquivo como serviço público e responsável pelos documentos históricos, através da criação do Arquivo nacional (1838) e cursos de formação técnica para possibilitar mão de obra qualificada para trabalhar nesta instituição. Questões arquivísticas se desenvolveram tendo por base os documentos de valor histórico, públicos e majoritariamente em suporte papel. O Objeto de trabalho dos arquivistas é o documento de arquivo em seu conjunto orgânico (também objeto científico da área), seu valor de prova e garantia de direitos, além de potencial fonte para pesquisa histórica.

Já em relação ao período pós Segunda Guerra Mundial (meados década de 1940) até final década de 1980, denominamos de **Arquivologia Moderna**, um tempo marcado pelo aumento da produção documental, progresso da tecnologia, institucionalização da Ciência da Informação, proposta americana da gestão de documentos, separação *records* e *archives*, novas teorias como Ciclo Vital – três idades, estabelecimento de valores primários e secundários e valorização da Avaliação. As problemáticas são desenvolvidas a partir dos documentos “modernos” públicos – os administrativos. No Brasil estão presentes questões concernentes aos documentos administrativos – “modernos” - pelo DASP e dos documentos históricos pelo Arquivo Nacional, vinda de importantes representantes da Arquivologia internacional, como T. R. Schellenberg. Configura-se a “entrada” da Arquivologia no campo científico através da criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) em 1971, da

realização do primeiro Congresso Brasileiro de Arquivologia no ano de 1972, da criação dos cursos de nível superior no final da década de 1970 e o projeto de modernização do Arquivo Nacional no início da década de 1980. Ampliam-se as reflexões teóricas, os serviços e caráter das instituições arquivísticas, além da atuação dos arquivistas. Trata-se de ampliações teóricas e não rupturas, sendo o documento de arquivo o que confere identidade para área (objeto de trabalho e objeto científico), agora ampliado para além do valor histórico.

Já a **Arquivologia Contemporânea**, que se estabelece no final da década de 1980, fundamentalmente devido às novas questões que se apresentam à área, frente ao avanço da tecnologia, é representativa de novas formas de produção documental, do salto tecnológico e principalmente do documento eletrônico. Ela anuncia a diversidade de abordagens para a área, além de diferentes definições sobre o objeto científico. No Brasil, assistimos a ampliação dos cursos de graduação na área, Lei de Arquivos, consolidação de eventos científicos, configuração comunidade científica, REPARQ e a Lei de Acesso à Informação.

Observamos que, em que pese os contextos serem definidos pela periodização tradicional da historiografia, não se explicita uma perspectiva de “evolução”, mas de emergência de elementos específicos em cada momento, o que, podemos afirmar, vai delineando o campo específico da Arquivologia.

3 O OBJETO CIENTÍFICO NA TRAJETÓRIA DA ARQUIVOLOGIA

Durante a trajetória da Arquivologia, nos períodos por nós classificados como Clássico e Moderno, compreendemos não haver dificuldades em considerar que o fundamento da área estava sustentado pelas intervenções físicas e/ou intelectuais junto ao documento de arquivo, materializado em diferentes suportes físicos. E que, a partir destas intervenções, foram concebidas teorias, Princípios e Funções para a área.

Desta maneira, podemos afirmar que, durante suas fases “pré-contemporâneas”, houve pouca discussão e problematização quanto ao seu referido objeto o que, para nós, é resultado de alguns fatores inter-relacionados. Sobre estes, podemos dizer que, antes da consignação da Arquivologia enquanto campo científico, a história dos arquivos esteve inserida no processo de desenvolvimento histórico diretamente relacionado ao tempo e ao contexto em que estava imbricada, sendo que o que conferia significados aos arquivos eram, fundamentalmente, os usos e valores que se atribuíam aos documentos. Com a promulgação e validação dos primeiros Princípios e com a publicação do Manual dos Holandeses (1898), arrola-se a autonomia e conseqüente consolidação do campo dos arquivos como área de *Saber*, visto que

a demarcação de certas características estabelece e configura a ideia de documento de arquivo, contribuindo, sobremaneira, para a identidade da área.

De fato, a edificação científica atribuída ao campo dos arquivos emerge em discussões desta natureza. Entretanto, apenas nas últimas três décadas do século XXI é que elas se intensificam e tomam novos contornos, principalmente devido às alterações no material de trabalho dos arquivistas, uma vez que, até então, o que havia de mais contundente relacionava-se, principalmente, a questionamentos e ressignificações do Princípio da Proveniência, do Princípio da Ordem Original e da teoria do Ciclo Vital, não alterando as características que fundamentavam o estabelecimento do conceito de documento de arquivo.

Nesse sentido, parecia inerente que a preocupação da Arquivologia estivesse com arquivos, com os documentos, ou, como o próprio nome diz, com a ciência dos arquivos, estes entendidos como conjunto de documentos de arquivo. Todavia, quando o documento de arquivo passa a ser o cerne de uma “crise”, conseqüentemente o que se propunha e se definia como ciência para o campo dos arquivos é revisitado. O cenário começa a tomar outros contornos, ao passo que a informação resultante de uma função ou atividade não está mais necessariamente materializada em suporte físico. E julgamos que, junto a isso, não só os Princípios, teorias, Funções e a ideia de ciência estão na mira de mudanças, negações ou revisões, mas também a concepção da verdade arquivística, bem como o que se compreende como o objeto científico.

Partimos do pressuposto de que há diferentes definições acerca do objeto científico da Arquivologia. Essas diferenças emergem na fase da Arquivologia Contemporânea, principalmente a partir do progresso da tecnologia e, conseqüentemente, das alterações sofridas pelo objeto de trabalho dos arquivistas. Sendo assim, é certo que há um repertório considerável de enunciados para o que se postula como objeto científico da área, porém, vamos nos deter fundamentalmente naqueles que julgamos mais relevantes, por serem portadores do atual discurso que insere a Arquivologia na contenda “Custodial” x “Pós-custodial” e “Pós-moderna”. Vale ressaltar que as diferentes concepções que se estabeleceram são resultados do próprio processo de desenvolvimento da área, bem como do atual momento:

- arquivo enquanto conjunto de documentos de arquivo;
- documento de arquivo;
- informação arquivística;
- informação orgânica registrada;
- informação social;
- *Process-Bound information* – informação gerada pelos processos administrativos e organizada com vistas a recuperar o contexto.

4 O OBJETO CIENTÍFICO DA ARQUIVOLOGIA NA LITERATURA ESTRANGEIRA DA ÁREA

4.1 ARQUIVO E DOCUMENTO DE ARQUIVO COMO OBJETO

Muito do que encontramos sobre a identificação do Arquivo como sendo objeto para a área está relacionado à definição de ciência arquivística, por autores majoritariamente europeus e cujos discursos foram construídos no início do século XX, como a *ciência dos arquivos* pela definição de Casanova (1928) ou *archive science* por Jenkinson (1922). Entretanto, não podemos afirmar que estes autores, ao conceberem atributo científico aos Arquivos, estavam necessariamente afirmando-o como objeto da área. Porém, no decorrer de análises quanto à literatura estrangeira recente, encontramos em autores, predominantemente espanhóis, a definição do Arquivo como objeto científico da Arquivologia, o que demonstraremos a partir das definições apresentadas por Mendo Carmona (1995; 2004), Martin-Pozuelo Campillos (1996) e Antonia Heredia Herrera (1993).

Para Mendo Carmona, (1995, p. 131) através da Arquivologia é possível

[...] manejar y hacer accesible la información de grandes masas documentales, generadas por una institución en el desarrollo de sus actividades diarias, de manera que proporcione toda la información que cada documento contiene en sí mismo y en su contexto al estar aquél en relación con otros documentos [...].

Por meio deste discurso, podemos estabelecer uma relação direta com o que a autora considera método da arquivologia, isto é, o tratamento que permite manusear e deixar acessível a informação de massas documentais. Assim, ao considerar o método, os Princípios e as teorias que sustentam a Arquivologia, afirma que estes são a essência da ciência que tem como objeto “[...] el conjunto orgánico de documentos que denominamos archivo en el contexto en que ha sido producido, no de forma aislada; y en ella radica también su metodología” (MENDO CARMONA, 2004, p. 36).

Por outro lado, de acordo com Maria Paz Martin-Pozuelo Campillos,

El objeto de estudio de la Archivística son los archivos, en esto parecen coincidir todos los teóricos. [...] no como lugar de conservación sino como conjunto de documentos con valores y funciones que se modifican con el paso del tiempo y que van desde la puramente administrativa a la cultural, pasando por estadios donde ambas se alternan o yuxtaponen (MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, 1996, p. 155-165).

Como entende que o objeto de estudo está dado, a autora direciona suas reflexões sobre o estatuto científico para os objetivos da área. Já para a arquivista, também de origem espanhola, Antonia Heredia Herrera, não se pode perder de vista a tríplice dimensão do objeto da Arquivologia, tampouco a sua ordem: arquivos, documentos de arquivo e informação. Ao mencionar a ordem da definição, reforça: “De no ser así y empezamos por el final – haciendo

prioritaria a la información – nos estaremos convirtiendo en documentalistas” (HEREDIA HERRERA, 1993, p. 32). Sendo a Arquivologia, para esta autora, a ciência dos documentos de arquivo e dos arquivos como custodiadores e responsáveis pela gestão destes documentos, além da metodologia aplicada por estes para potencializar o uso e o acesso aos seus documentos e serviços, podemos afirmar que as definições quanto ao objeto, apresentadas por essas três arquivistas espanholas, convergem para a mesma perspectiva, ou seja, que se trata do Arquivo e este entendido como conjunto de documentos de arquivo.

Igualmente portadora de contribuições significativas para a área, as ideias de Luciana Duranti constantemente estão no epicentro das discussões teóricas da Arquivologia. Considerada por muitos como representante do paradigma “Custodial” para o campo dos arquivos, Duranti não é assim avaliada somente por definir o documento de arquivo como objeto científico da Arquivologia, mas, principalmente, por reafirmar como válidos para a área, inclusive ao se referir aos documentos em ambiente eletrônico, conceitos estabelecidos por Hilary Jenkinson na década de 1920. Importante destacar que, tanto as ideias de Jenkinson, como as de Duranti, são alvos de críticas, sobretudo, mas não somente, por mandatários do pensamento “Pós-moderno” da Arquivologia, que as julgam como positivistas e mensageiras da objetividade racional para o campo dos arquivos.

Duranti afirma que a tecnologia impôs para o campo dos arquivos o desaparecimento da fronteira entre os diversos produtos gerados em âmbito eletrônico e isso

[...] tem minado a nossa capacidade de produzir documentos fidedignos e de manter arquivos de forma a preservar continuamente a sua autenticidade. É portanto essencial restabelecer o conceito de arquivo, o qual deve ser baseado nas circunstâncias da sua criação, definir as características que distinguem documentos de arquivo de qualquer outra entidade digital e garantir a sua proteção através da integração em sistemas de arquivo capazes de garantir que a sua natureza não seja alterada de forma intencional ou acidental (DURANTI, 2003, p. 6).

Esse discurso de Duranti advém de sua preocupação pela garantia da evidência, isto é, do valor probatório que cabe aos documentos de arquivo enquanto “[...] resíduos e vestígios tangíveis das transações para cuja ultimação foram criados e constituem a memória escrita e a primeira prestação de contas de um agente” (1994, p. 56). Ao considerar que os elementos de um documento de valor histórico e fixado em suporte papel podem ser encontrados em documentos contemporâneos, Duranti busca, pelo método diplomático, maneiras que contribuam na salvaguarda das garantias que determinam a configuração do documento de arquivo. Justifica que a Diplomática tem por objeto o documento de arquivo isoladamente, enquanto a Arquivologia ocupa-se do conjunto de documentos de arquivos e, a partir de

então, se vale da abordagem que concebe como Diplomática Arquivística/Contemporânea para asseverar as ações e transações que os documentos de arquivo asseguram.

Analisadas as concepções das autoras espanholas, que definem como objeto científico o Arquivo, e a perspectiva de Durante, que o define como “o conjunto de documentos de arquivo”, podemos interpretar que, na verdade, trata-se de definições comuns, ainda que a denominação não seja a mesma. Essas concepções valorizam, primeiramente, o caráter instrumental que permeia os documentos de arquivo, ou seja, sua função jurídico-administrativa, ainda que outros usos não sejam dispensados. E, justamente por prezarem essa instrumentalidade, é que não inserem a Arquivologia na perspectiva informacional.

4.2 INFORMAÇÃO COMO OBJETO

4.2.1 INFORMAÇÃO SOCIAL

A perspectiva “Pós-custodial”, neste trabalho representada pelos autores portugueses Armando Malheiro da Silva (Silva, A.M.B. da, 2003) e Fernanda Ribeiro (2003), insere a Arquivologia como disciplina da Ciência da Informação. O modelo que constroem estabelece a Ciência da Informação como núcleo central que tem por objeto científico a “Informação Social”, justificando-o como necessário, devido às consequências “epistemológicas profundas” apresentadas a partir da pós-industrialização e suas consequências no desenvolvimento do processo econômico, político e sociocultural da globalização. Com vistas a enquadrá-lo no interior das Ciências Humanas e Sociais, anunciam a importância da “Informação Social” para estas ciências, dado o seu caráter de “mediação informacional” entre os homens e a sociedade, afinal, “conhecimentos como o historiográfico e o antropológico, apenas para citar alguns exemplos, não se fazem sem a “mediação informacional” (RIBEIRO e SILVA, A.M.B. da, 2003, p. 7).

A partir disso, definem como Informação Social o

[...] conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos, significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registradas num qualquer suporte material (papel, filme, disco magnético, óptico, etc. e/ou comunicadas em tempos e espaços diferentes (...) sendo que o que a “coisifica” como fenômeno social é a linguagem, seus signos e significados (RIBEIRO e SILVA, A.M.B. da, 2003, p. 4).

Essa perspectiva “Pós-custodial” valoriza a informação como fenômeno social, atribuindo-lhe valor e não ao suporte documental ou ao documento em si, pois

[...] anuncia-se e perfila-se a “transparência” total do documento e, conseqüentemente, a visibilidade da sua “essência” constitutiva - a informação -, porquanto se percebe cada vez melhor que não há documento sem informação, mas

sim o inverso, ou seja, informação para além do documento (suporte material externo), sendo este, afinal, um mero epifenómeno daquela (RIBEIRO e SILVA, A.M.B. da, 2003, p. 4).

4.2.2 INFORMAÇÃO ORGÂNICA

Diferente da abordagem portuguesa, que concebe um objeto científico para a Ciência da Informação, devendo este – no caso a Informação Social – ser compartilhado pelas disciplinas que compõem essa ciência e, dentre elas, a Arquivologia, a perspectiva da Arquivística Integrada, proposta por canadenses, define como objeto da Arquivologia a Informação Orgânica.

Mesmo que ambas as abordagens insiram o campo dos arquivos na perspectiva informacional, os canadenses atribuem, para seu objeto, características que nos remetem a alguns Princípios da Arquivologia, o que pode ser verificado a partir do que caracterizam como Informação Orgânica,

[...] elaborada, enviada ou recebida no âmbito da sua missão [organismo] (...) a produção de informações orgânicas registradas dá origem aos arquivos do organismo. Sob esta designação, são agrupados todos os documentos, seja qual for o seu suporte e idade, produzidos e recebidos pelo organismo no exercício das suas funções (ROUSSEAU e COUTURE, 1998, p. 64-65).

O fato de utilizarem a palavra “orgânica” como elemento classificatório desta informação já é significativo de preocupações em estabelecer vínculos entre a informação e seu contexto de produção, o que também percebemos quando apontam que o registro destas informações configura o arquivo da instituição. Parece certo tratar-se de uma abordagem com foco na informação, mas justamente por afirmarem que a informação orgânica registrada é o que dá origem aos arquivos, subentende-se podermos considerá-la como documento de arquivo.

A Arquivística Integrada propõe fundamentalmente o reestabelecimento da gestão de documentos - tal como concebida e “separada” pelos americanos “Modernos” - com o tratamento dos documentos considerados históricos. E, para isso ser realizado em um tempo presente, condicionado pela importância da informação, da “Sociedade da Informação”, afirmam como necessária a inserção da Arquivologia na gestão da Informação, compreendendo esta como sendo sua vocação, a “[...] resolução dos problemas ligados à gestão da informação nos organismos” (ROUSSEAU e COUTURE, 1998, p. 69).

Após refletirmos sobre as características que compõem a abordagem da Arquivística Integrada, fica-nos a dúvida se o que definem como informação orgânica registrada não possa ser considerado sinônimo de documento de arquivo, travestido de discurso “informacional”, ou ainda, uma nova definição para o documento de arquivo que não está em suporte físico.

Justificamos nossa percepção por entendermos que, o que essa abordagem traz de inovadora, e, ao nosso ver lhe atribui méritos, é a gestão integrada dos documentos em todas as suas fases (desde a criação até sua eliminação ou guarda permanente), bem como a aplicação de Funções arquivísticas já no momento de produção documental. Entretanto, não identificamos elementos capazes de embasar uma diferenciação entre o que definem como informação orgânica registrada e o que estabelecemos como documento de arquivo.

4.2.3 PROCESS-BOUND INFORMATION

Para o arquivista holandês Theo Thomassen (1999), o amplo e rápido desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação deu origem a novas necessidades e idéias que não podem ser mais atendidas e integradas na tradição existente no campo dos arquivos. Nesse sentido, um novo paradigma emerge para a Arquivologia que, pela primeira vez em seu desenvolvimento, está se tornando uma ciência de fato. Assim, de acordo com o autor, este “Novo Paradigma” da Arquivologia é mais do que o resultado da revolução digital e está além da mudança do documento em papel para o eletrônico, é uma mudança a partir do “Clássico” ou “Moderno” para o “Pós-custodial”, ou como Terry Cook sugere, o paradigma Pós-Moderno da Arquivologia. O objeto do Novo Paradigma é o *process-bound* de informações, definindo-o como as informações geradas pelos processos administrativos e organizadas com vistas a recuperar o contexto de produção, estabelecendo assim o “vínculo processual”. Nestes termos, a entidade fundamental é dupla, sendo tanto o documento individual, quanto sua relação com o processo de negócios a partir do qual foi criado. O objetivo deixa de ser apenas o acesso à informação e passa também a prezar a qualidade arquivística, que representa a transparência, a força e a estabilidade duradoura do “vínculo entre a informação e os processos de negócio que a originaram”.

Essas propostas de Thomassen refletem significativamente as abordagens que se autodenominam “Pós-modernas” para a Arquivologia, tais como as ideias de Terry Cook (1998) e a Arquivologia Funcional, dentre outras. São enfoques que não questionam a cientificidade da área, tampouco a inserem obrigatoriamente na perspectiva informacional como premissa de gestão ou institucionalização científica. O que almejam é que a interferência de quem produz o documento seja considerada pela Arquivologia, “[...] já que o documento não é um subproduto administrativo, mas sim um produto elaborado em contextos semioticamente produzidos [...]” (COOK, 1998, p. 204), dinâmicos e carregados de relações de poder que o norteiam.

Entretanto, muitas das “inovações” que propoem à área, tal como o “vínculo processual” das “informações geradas pelos processos administrativos e organizadas com vistas a recuperar o contexto de produção”, a nosso ver tratam-se de “novos” discursos para questões que há algum tempo estão estabelecidas no campo científico dos arquivos e que o fundamentam. Afinal, qual a diferença entre o “vínculo processual” e o vínculo arquivístico? Uma palavra mais “pós-moderna”?

Assim, o que apreendemos destas diferentes abordagens que consideram como objeto científico da Arquivologia a informação, independente das maneiras como se configuram – orgânica, social, arquivística ou *process bound* – primeiramente é que são elaboradas em tempo recente, posteriores ao progresso da tecnologia e são fundamentadas por premissas relacionadas, majoritariamente, em âmbito eletrônico. Algumas pretendem a área inserida na(s) Ciência(s) da Informação e outras não necessariamente. Porém, todas revisitam teorias, Funções e Princípios a partir de mudanças no objeto de trabalho dos arquivistas, além da justificativa de estarmos vivenciando a “Sociedade da Informação”.

Para nós, o registro de informações em meio eletrônico e dinâmico é uma realidade da qual não podemos nos esquivar. Todavia, independente de considerar como objeto da Arquivologia a informação ou o documento de arquivo, o que não podemos perder de vista, principalmente na “era digital” presente, é a garantia dos elementos que fundamentam a área.

5 A PRODUÇÃO LITERÁRIA DA ARQUIVOLOGIA BRASILEIRA E O OBJETO CIENTÍFICO

Deter-nos-emos, aqui, a demonstrar discursos encontrados na revisão da literatura brasileira da Arquivologia, bem como alguns elementos inseridos no campo científico nacional, que discorrem sobre o objeto científico da área. De posse de levantamento bibliográfico sobre a temática, concluímos que na literatura brasileira as diferentes definições acerca do objeto científico da Arquivologia são demonstradas, em sua maioria, através de prisma enunciado, ou seja, muito se refere ao que é ou deve ser considerado, e pouco se dedica a fundamentá-lo, justificá-lo, explicá-lo.

5.1 INFORMAÇÃO COMO OBJETO

Em artigo que publicou sua entrevista realizada com Carol Couture, quando de suas atividades de pós-doutorado com este professor, entre agosto de 1997 e fevereiro de 1998, na Universidade de Montreal/Canadá, Luís Carlos Lopes afirma, de forma contundente, o que para ele significou o surgimento da Arquivística Integrada: algo que “[...] modificou a letargia

da arquivística tradicional européia, auto-intitulada como uma disciplina auxiliar da história” (LOPES, 1999, p. 1). Poucos anos antes de ir ao Canadá realizar seu pós-doutorado, Lopes realizou, em 1995, visita técnica à Universidade de Montreal, sendo recebido por Louise Gagnon-Arguin e por Carol Couture. Já no ano seguinte, publica livro intitulado “A Informação e os Arquivos” onde, logo na introdução, explica;

Este livro não é sobre informática. Porém, refere-se ao impacto das novas tecnologias na produção, acumulação e acesso às informações. O seu Objeto de estudo principal é a informação registrada em documentos produzidos por pessoas físicas ou jurídicas, em função das atividades que desenvolvam, estejam em suportes convencionais ou eletrônicos. Discutem-se, ao longo do texto, os problemas da arquivística (LOPES, 1996, p. 14).

Acreditamos que essa obra possui importante papel na divulgação dos termos “Informação Arquivística” e “Informação Orgânica” para a comunidade arquivística brasileira, pois, ancorado pela perspectiva da Arquivística Integrada - sobre a qual dedica grande parte do livro para explicá-la, além de caracterizá-la como o que há de mais inovador em termos arquivísticos -, o objeto proposto para a Arquivologia é a “[...] informação registrada com características arquivísticas” (LOPES, 1996, p. 61).

Diferente de Lopes (1996), que estabeleceu relação de sinonímia entre os termos Informação Orgânica e Informação Arquivística, especificamente relacionado ao termo “Informação Arquivística” e visando examinar a emergência de seu uso na produção do conhecimento científico da Arquivologia brasileira, Eliezer Pires da Silva diz que “[...] a dimensão da inovação no emprego da expressão informação arquivística ainda não está clara. No entanto, essa utilização é justificada, por alguns dos autores analisados, como mais vantajosa à compreensão das funções arquivísticas, em relação ao conceito de documento de arquivo” (SILVA, E.P., 2010, p. 20). Essa colocação do autor é afirmada após analisar teses de doutorado e dissertações de mestrado produzidas no Brasil entre os anos de 1996 (ano da publicação do livro de Lopes) até 2006, em cujo título e/ou resumo o termo referenciado estivesse contemplado. O resultado de sua pesquisa demonstrou que “[...] as concepções do que seja informação arquivística são diversas, mas podem ser aproximadas nas seguintes categorias: informação é o conteúdo do documento, informação é representação dos documentos ou metainformação, informação é o documento” (SILVA, E.P., 2010, p. 19).

O livro *Arquivologia e Ciência da Informação* de Maria Odila Fonseca (2005) busca identificar elementos comuns capazes de integrar as duas áreas de conhecimento que dão nome à obra. Argumenta que a Arquivologia passa por mudanças de paradigmas, decorrentes das inovações tecnológicas em seu *Fazer*, e, baseada principalmente nas ideias da Arquivística Integrada Canadense, fundamenta que o elemento integrador do campo dos

arquivos com a CI é a Informação Arquivística, que se desloca como “novo” objeto da Arquivologia frente ao “anterior”, o arquivo.

O objeto da arquivologia, na perspectiva de um novo paradigma, desloca-se do “arquivo” para a informação arquivística, ou “informação registrada orgânica”, expressão cunhada por arquivistas canadenses para designar a informação gerada pelos processos administrativos e por eles estruturada de forma a permitir uma recuperação em que o contexto organizacional desses processos seja o ponto de partida (FONSECA, 2005, p. 59).

Ainda na linha que reforça a polarização documento de arquivo x informação arquivística, Brito (2005) aponta existir, a partir dos anos de 1990, duas correntes epistemológicas para a área; a “Custodial” e a “Pós-custodial”. Considera que a “Custodial” é baseada “[...] no empirismo e no senso comum, mas que já não conseguem dar conta dos arquivos contemporâneos” (BRITO, 2005, p. 32) e que a falta de precisão do objeto de estudo na perspectiva “Custodial”, “[...] é uma das principais críticas da Arquivística Pós Custodial à Arquivística Custodial” (2005, p. 37). O autor não restringe suas críticas somente a estas, atribuindo ainda ao pensamento “Custodial” o tratamento “do documento como um bem cujo valor se limita a servir unicamente à cultura ou à história; ou, tragicamente, que o tratamento arquivístico se justifica somente pela necessidade de liberação de espaço físico nas dependências das instituições.” Ademais, confere aos arquivistas espanhóis Manuel Vasquez e Antonia Heredia Herrera o título de “[...] defensores da Arquivística Custodial” (2005, p. 36).

Já em relação ao “Pós-custodial”, Brito (2005, p. 37) aufere a

[...] denominação para a corrente de pensamento que busca uma renovação no modo de saber e fazer para a Arquivística do século XXI, (...) é a transformação da Arquivística em uma disciplina da Ciência da Informação (...) que sugere a análise e o estudo dos arquivos, e também a substituição do atual objeto da Arquivística (o documento) pela informação arquivística”.

Ao longo do texto é possível percebermos que essa concepção de “Pós-custodial”, defendida pelo autor, é diretamente substanciada a partir das ideias de Armando Malheiro da Silva propostas sobre a “viragem de paradigmas”.

Vanderlei Batista dos Santos, em sua tese de doutorado, utiliza o termo Informação Orgânica como sinônimo de Informação Arquivística; “[...] informação orgânica registrada (fixedorganic information), de acordo com a denominação usada por Carol Couture, ou seja, as informações arquivísticas” (SANTOS, V.B., 2011, p. 116). E, no que diz respeito ao objeto científico, afirma ser a

[...] informação orgânica registrada, principalmente em sua manifestação estruturada e em seu conjunto, quais sejam os documentos e os fundos arquivísticos e, também, o papel dos arquivos como instituição (arquivos públicos, arquivos

institucionais) na preservação e na concessão de acesso às informações” (SANTOS, V.B., 2011, p. 121).

5.2 ARQUIVO E DOCUMENTOS DE ARQUIVO COMO OBJETO

Praticamente não encontramos referência na literatura brasileira que defina o Arquivo como objeto científico, ainda que dois dos dicionários de especialidades na área aproximem suas definições de Arquivologia para significados próximos; “disciplina que tem por objeto o conhecimento dos arquivos” (CUNHA e CAVALCANTI, 2008, p. 31) e “disciplina que estuda as funções do arquivo” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 29). Nesta linha de pensamento, a definição adotada por Castro, Castro e Gasparian (1985, p. 25) aponta para ideia semelhante, “Arquivologia é a ciência dos arquivos”.

Da mesma maneira, reflexões sobre o documento de arquivo ser considerado o objeto científico da Arquivologia são registradas em pequena quantidade. Assim, apresentaremos essa abordagem através das ideias de Camargo (2009) e Bellotto (1989; 2012).

Ao discorrer sobre a qualidade natural e necessária de um processo que dá origem aos documentos de arquivo, Camargo (2009) afirma que estes

[...] obedecem a uma lógica puramente instrumental, ligada às demandas imediatas do ente produtor. Dessa condição decorrem postulados que afetam, de modo similar, arquivos de instituições e pessoas: a necessidade de preservar a integridade do fundo e o sistema de relações que os documentos mantêm entre si e com o todo; o respeito à proveniência; a primazia do contexto sobre o conteúdo (ou do valor probatório sobre o valor informativo), nas operações de arranjo e descrição; e a impermeabilidade do arquivo em face de seu uso secundário (CAMARGO, 2009, p.28).

Na mesma linha de pensamento, de acordo com Bellotto, a Arquivologia é uma ciência de conjuntos. “Realmente, só assim deve ser entendida a arquivologia: documentos contextualizados no seu meio genético de geração, atuação e acumulação. Ressalte-se com isso a primeira grande especificidade deste objeto essencial da arquivologia que são os arquivos entendidos como conjuntos: a sua organicidade” (BELLOTTO, 1989, p. 2).

Após compreendermos tanto sua definição de objeto científico, como os termos em que a concebe, vejamos o que Bellotto coloca sobre a configuração e a utilização do termo Informação Arquivística;

[...] não é informação tomada no sentido geral. Aliás, essa expressão é um tanto equivocada, embora tenha caído no uso comum. A melhor expressão ainda é “documento de arquivo”, com todas as suas especificidades. A verdade é que aquela informação, a que está no arquivo, registrada no documento de arquivo, segue sendo o que era desde o momento da sua criação: informação administrativa, jurídica, financeira, econômica, política, técnica, científica, artística, etc. Não é “informação arquivística”! A informação arquivística, isto é, a de origem jurídica, administrativa, funcional, orgânica, é, antes de mais nada, prova, por mais simples que seja [...] (BELLOTTO, 2012, p. 7).

Portanto, independente do período e conforme o que apreendemos da trajetória da Arquivologia em suas fases Clássica, Moderna e Contemporânea, bem como das diferentes definições que cercam seu objeto científico, a ciência dos arquivos vem sendo construída de acordo com a utilização que se faz dos documentos de arquivo. Muitas vezes considerado pelo seu valor probatório e testemunhal, outras igualado à informação, o momento atual é fortemente marcado pela tecnologia principalmente na produção e materialização da informação que resulta de uma atividade ou função, e que serve como evidência dessa ação. Isso, conseqüentemente, afeta o objeto de trabalho dos arquivistas, que vem sofrendo alterações significativas e sobre as quais não temos como adivinhar se cessarão ou não.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um primeiro momento, pareceu-nos que a partir do objeto científico é que emergia a “crise” na Arquivologia, porém, durante nosso percurso investigativo concluímos que, além de ser “vítima” da crise tanto quanto outros elementos que sustentam a área, o objeto só passa a ser considerado como sujeito fundamental para a cientificidade no momento em que a identidade científica da Arquivologia é abalada. E, conforme apontamos, o que parecia “por natureza” como sendo o objeto científico, aquilo que produzia a observação e estimulava a problemática, coincidentemente era o objeto de trabalho dos arquivistas, o documento de arquivo, o qual passa a ser questionado na fase Contemporânea da Arquivologia. Não obstante, é preciso ainda colocar que, quando a Arquivologia se estabelece como campo científico, a concepção sobre o que deve ser seu objeto não “nasceu” ou se configurou apenas porque ela se “tornou” uma ciência. O objeto científico é uma categoria construída a partir de necessidades advindas da realidade e por pessoas, tornando-o, portanto, passível de ser questionado a todo e qualquer momento.

Desta maneira, em nossa concepção, há duas “possibilidades informacionais” no campo dos arquivos. Uma, diz respeito ao que está “dentro” do documento, o seu conteúdo. A outra, é aquela que está “fora” do documento, isto é, quem o produziu, por que, para quê, quando, onde e como, além de seu trâmite e seus vínculos. Ou seja, o “material de arquivo” tal como argumentado por Bellotto (2002a, p. 11). Todas essas informações que estão “fora” do documento são, por nós consideradas, portadoras dos elementos que caracterizam este “material de arquivo” e tributam à Arquivologia a sua especificidade frente a outras áreas do saber. Durante muito tempo, esse “material de arquivo” foi representado pelo documento de arquivo em suporte físico, objeto de trabalho dos arquivistas. E quando esse objeto se “virtualiza”, a nosso ver, a “busca pela mudança de paradigmas” na Arquivologia se

estabelece, tanto pela necessidade de membros de sua comunidade científica estar inseridos na perspectiva informacional, quanto pelas dificuldades demandadas do *Fazer* frente às mudanças no objeto de trabalho.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em <<http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf>>.

Acesso em: 20 jun. 2010.

BACHELARD, G. **O racionalismo aplicado**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BELLOTO, H. L. O papel instrumental dos arquivos e as qualidades profissionais do arquivista. **ÁGORA**, Florianópolis, v. 22, n. 44, p. 5-18, jul. 2012. Disponível em: <<http://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/402>>. Acesso em: 26 Out. 2012.

BELLOTTO, H. L. **Arquivística**: objetos, princípios e rumos. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002a.

BELLOTTO, H. L. Arquivologia: objetivos e objetos. **Arquivo Boletim Histórico e Informativo**, São Paulo, n. 10, p. 9-20, 1989.

BRENNEKE, A. **Archivkunde**: ein beitrage zur theorie und geschichte des Europäischen archiwesens. Leipzig: Köhler und Amelang, 1953.

BRITO, D. A informação arquivística na arquivologia pós-custodial. **Arquivística. net**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 31-50, jan/jun., 2005. Disponível em: <<http://www.arquivistica.net/ojs/viewarticle.php?id=12>>. Acesso em: 15 jan. 2009.

CAMARGO, A. M. de A. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 45, n.2, p. 26-39, 2009. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2009-2-A02.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2012.

CASANOVA, Eugenio. **Archivistica**. Siena: Lazzeri, 1928.

CASTRO, A.M.; CASTRO, A.M.; GASPARIAN, D.M. **Arquivística**: técnica, arquivologia, ciência. Brasília: ABDF, 1985.

COOK, T. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p.129-149, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2062/1201>>. Acesso em: 19 set. 2012.

CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. O. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Brinquet de Lemos, 2008.

DURANTI, L. More than information, other than knowledge: the nature of archives in the digital era. **Cadernos de Biblioteconomia Arquivística e Documentação Cadernos BAD**, Lisboa, n. 2, p. 6-16, 2003. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/redalyc/pdf/385/38505002.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2012.

DURANTI, L. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 1994. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1976>>. Acesso em: 13 ago. 2012.

FONSECA, M. O. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GONÇALVES, J. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. 37 p.

HEREDIA HERRERA, A. **Archivística general: teoría y práctica**. 6. ed. Sevilla, 1993.

JENKINSON, H. **A manual of archive administration including the problems of war archives and archive making**. Londres: Oxford, 1922.

LOPES, L. C. **A informação e os arquivos: teorias e práticas**. Niterói: EDUFF, 1996.

LOPES, L. C. Un regard divers: l'information et les archives au Québec. **Ciberlegenda: Revista eletrônica do Mestrado em comunicação, imagem e informação da Universidade Federal Fluminense/UFF**, v. 2, 1999. Disponível em: <<http://www.uff.br/ciberlegenda/ojs/index.php/revista/article/view/251/142>>. Acesso em: 03 Nov. 2012.

MARTIN-POZUELO CAMPILLOS, M. P. **La construcción teórica en archivística: el principio de procedencia**. Madrid: Universidad Carlos III y BOE, 1996.

MENDO CARMONA, C. Consideraciones sobre el método em archivística: a reflection on archival science methodology. **Documenta & Instrumenta**, Madrid, n. 1, p. 35-46, 2004. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/DOCU/article/view/DOCU0404110035A>>. Acesso em: 03 jun. 2012.

MENDO CARMONA, C. El largo camino de la Archivística: de práctica a ciência. **Revista de Historia de la Cultura Escrita**, Madrid, n. 2 p. 113-132, 1995. Disponível em: <http://dspace.uah.es/dspace/bitstream/handle/10017/7479/largo_mendo_SIGNO_1995.pdf?sequence=1>. Acesso em: 06 set. 2011.

RIBEIRO, F.; SILVA, A. M. B. da. Um modelo sintético de licenciatura para uma ciência da informação consolidada: o caso português. In: ENANCIB- ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003. 1 CD-ROM.

ROUSSEAU, J.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SANTOS, V. B. **A teoria arquivística a partir de 1898: em busca da consolidação, da reafirmação e da atualização de seus fundamentos**. 2011. 279 f. Tese (Doutorado em

Ciência da Informação)–Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SILVA, E. P. A Noção de informação arquivística. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO-ENANCIB, 11, 2010, Rio de Janeiro. **Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação**, Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/xi/enancibXI/paper/view/53/103>>. Data de acesso: 03 jul. 2012.

THOMASSEN, T. et. al. The development of archival science and its European dimension. **Archol: Archivistika On Line**, Stockholm, 1999. Disponível em: <<http://www.daz.hr/arhol/thomassen.htm>>. Acesso em: 29 jul. 2012.